


HISTORICIDADE DE ISRAEL: PROMESSA DE DEUS AO POVO ESCOLHIDO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n1-070>

Data de submissão: 06/12/2024

Data de publicação: 06/01/2025

Alfredo Nazareno Pereira Boente

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, HCTE/UFRJ

E-mail: boente@nce.ufrj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2718-4917>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7741044822342404>

RESUMO

O presente artigo apresenta a historicidade de Israel. Historicamente, baseado no Antigo Testamento, foi explicado como se originou Israel. A sociedade instalada de Israel foi formada pelas Doze Tribos de Israel, caracterizando o período tribal, sendo ocupada pelos descendentes diretos de Jacó. Inicialmente, Israel foi governada por uma monarquia unificada, Saul, Davi e Salomão, que mais tarde passou a ser dividida politicamente em dois reinos, o Reino do Norte e Reino do Sul. O primeiro, chamado de Reino de Israel, e o segundo, chamado de Reino de Judá. A monarquia dividida levou Israel ao exílio babilônico que durou cerca de 50 anos, até seu retorno à terra prometida. Terra esta prometida por Deus à Abraão, em sua aliança com Ele.

Palavras-chave: Israel. Antigo Testamento. Período Tribal. Monarquia de Israel. Exílio Babilônico.

1 INTRODUÇÃO

A historicidade de Israel é profundamente enraizada em tradições religiosas, com registros que remontam a milhares de anos. Ela começa com a figura patriarcal de Abraão, considerado o fundador do povo israelita, a quem Deus prometeu uma terra para seus descendentes, conhecida como a Terra Prometida.

Segundo a narrativa bíblica, Abraão, originário de Ur, na Mesopotâmia, foi chamado por Deus para sair de sua terra natal e se dirigir a uma nova terra, Canaã, que seria dada a ele e seus descendentes (CASTRO ET AL., 2016). Essa promessa foi renovada para os filhos e netos de Abraão, especialmente Isaac e Jacó, que teve seu nome mudado para Israel, que significa “permita que Deus prevaleça”, de onde deriva o nome "israelitas".

A promessa da Terra Prometida é central para a identidade de Israel e seu povo. Esta terra é descrita como "uma terra que mana leite e mel", simbolizando abundância e prosperidade. O cumprimento dessa promessa passou por muitos desafios, incluindo a escravidão dos israelitas no Egito e sua subsequente libertação sob a liderança de Moisés, culminando na travessia do deserto rumo a Canaã.

A história de Israel é marcada por momentos de conquista e perda da Terra Prometida, bem como pelo exílio e retorno, o que reforça a noção de um relacionamento dinâmico e contínuo com essa terra, visto como um dom divino, mas também como um testamento da fidelidade de Deus ao seu povo.

A promessa da Terra Prometida não é apenas um aspecto geográfico, mas também espiritual, representando a aliança entre Deus e o povo de Israel (BRIGHT, 2004). Ao longo dos séculos, essa promessa moldou a fé, a cultura e a identidade nacional de Israel, sendo um elemento central nas narrativas religiosas e históricas até os dias atuais.

2 ORIGEM DO POVO DE ISRAEL

Narrativas bíblicas, conforme afirma Catenassi (2018, p. 94), mostram Deus se relacionando com Abraão e sua descendência, por meio de Isaac e Jacó, a fim de que seja cumprida a promessa feita por Deus. O relato bíblico sobre os três patriarcas, Gêneses 37, ganha destaque quando inicia a história de José, um dos doze filhos de Jacó. Percorrido os capítulos 37 a 50 de Gêneses, os descendentes de Abraão descem ao Egito devido a uma grande seca em sua pátria e lá foram acolhidos pelo grande império.

José foi interpretador de sonhos e, por este motivo, foi levado ao faraó Sheshi I, que se via atormentado com sonhos que precisavam ser interpretados, mas nenhum de seus sacerdotes o

conseguia fazer (SANTOS, 2013). Em gratidão ao feito de José, o faraó o nomeou como Governador do Egito e ali, transcende toda sua descendência, filhos, irmãos e parentada, que conviveram bem no Egito até certo período da história, onde passaram a ser submetidos a trabalhos forçados para construção de grandes armazéns para o faraó.

No livro do Êxodo registra-se que no Egito, os hebreus cresceram numerosamente, deixando o faraó da época muito preocupado com possíveis rebeliões, obrigando os operários a realizarem trabalhos forçados (CASTRO ET AL., 2016).

Nessa parte da história bíblica de Israel, surge um libertador guiado por Deus chamado Moisés, que fora criado na casa do próprio faraó, e que foi responsável pela libertação do povo hebreu, junto com Josué, seu sucessor, tendo guiado os israelitas para um retorno triunfal a terra de prometida, Canaã, estabelecendo-os no território, dividido entre as chamadas Doze Tribos de Israel, que levavam descendências de cada um dos doze filhos de Jacó. Embora Moisés tivesse guiado o povo israelita ao caminho da terra prometida, jamais chegou lá.

Segundo Castro (et al., 2016, p. 253), o Senhor disse a Moises: “Esta é a terra que prometi sob juramento a Abraão, a Isaac e a Jacó, quando lhes disse: Eu a darei a seus descendentes. Permiti que você a visse com os seus próprios olhos, mas você não atravessará o rio, não entrará nela”.

Por conseguinte, Moisés, o servo do Senhor, morreu e foi sepultado em Moabe, como o Senhor dissera, mas até hoje ninguém sabe onde está localizado seu túmulo.

A historicidade bíblica afirma a aliança feita com o pai Abraão e seus descendência toda vez que se pronuncia: “Deus de Abraão, Deus de Isaac e Deus de Jacó”.

Após a chegada a terra prometida, as Doze Tribos de Israel, que levavam as descendências dos filhos de Jacó, ligam-se à Palestina, situada a sul da Síria (BERLESI, 2017). A partir desse relato histórico, deu-se origem ao chamado período tribal.

Neste viés, depois de instaladas, as aldeias foram crescendo e algumas gerações das famílias patriarcais deram origem aos clãs, os quais, provenientes de grupos com identidades semelhantes, foram se assentando na planície. Não se conheceu com certeza como se deu esse assentamento, mas temos hoje quatro teses que propõe a explicá-lo: a da conquista, a da revolução, a da entrada pacífica e a das regiões (CATENASSI, 2018, p. 115).

Castro et al. (2016) afirma que existem registros na Sagrada Escritura sobre dois tipos de assentamento: o primeiro ocorrido por meio de Moises e Josué, através da condução dos israelitas a terra prometida, e o segundo de forma mais gradual, envolvendo todas as Doze Tribos de Israel, caracterizando o período tribal, representado de forma histórica, no livro de Juízes.

Os grupos que originaram os israelitas foram coligando suas tradições históricas e religiosas. Eles se sentiam unidos, pertencentes de uma mesma família, e, a identidade das montanhas faz com que contassem sua história como se fossem uma só. Então, as tradições patriarcais, foram consideradas em primeiro lugar, seguidas pela própria experiência vivenciada do êxodo, pelos clãs.

Neste viés, Catenassi (2018) afirma que uma genealogia comum das tribos foi sendo formada e projetada na história dos patriarcas, garantindo a representação das diferenças e tensões existentes entre elas, mas legitimando o sentimento de identidade.

A Palestina, onde as Doze Tribos de Israel foram assentadas, é dividida pelo rio Jordão de norte a sul em duas zonas, uma mais fértil, a oeste, e outra rochosa e estéril, a oriente, e é limitada a norte pela cadeia do Líbano e a sul pelo Mar Morto (BERLESI, 2017).

Canaã, era o lugar que habitavam os Cananeus, de língua semita, onde gerava inúmeras disputas territoriais. Kaefer (2017) afirma que as áreas de Canaã eram férteis e, por isso, foram sempre cobiçadas por outros povos, como era o caso do Egípcios, que acabaram por subjugar a Palestina e a Fenícia no terceiro milênio. Cita o mesmo autor que sendo fruto da perda da Palestina pelo Egito no segundo milênio, o território foi lentamente povoado por tribos hebraicas sob o nome de Israel.

No entanto, nem todas as tribos chegaram ao mesmo tempo. A tribo de Judá e as tribos vizinhas que habitavam a região semidesértica do Sul mantiveram-se durante muito tempo sob a forma de clãs, não obstante, com adaptações de seus modos de vida, migrando do pastoreio para a agricultura (BERLESI, 2017).

3 O REINADO UNIFICADO

O sistema tribal permaneceu em Israel em torno de 200 anos, apesar de todas as dificuldades que passaram na época. Devido a constantes de invasão de outros povos, principalmente os Filisteus, houve a necessidade de as tribos israelitas formarem um único Estado, denominado de monarquia unida ou Israel unificada, inicialmente liderada por Saul (KILPP, 2022).

Catenassi (2018, p. 130) afirma que a primeira tentativa de instalação da monarquia em Israel aconteceu em torno da região de Siquém por Abimelec (Jz 9). O texto de Juízes apresenta um movimento organizado feito pelos chamados Senhores da Cidade, líderes tribais, junto com os santuários estabilizados, que proclamaram Abimelec rei, patrocinando mercenários que quisessem compor seu exército.

A reação popular foi negativa a esta instalação de monarca, conforme consta no livro de Juízes (Jz 9, 45.49.56), pois revelava crueldade associada a um poder centralizador, de um homem só, com manifestações de resistência a este ato (GERONE JR., 2017).

Ocorreu uma mudança, em oposição aquele reinado imposto. Surge, portanto, o nome de Saul para assumir a monarquia naquele momento. Saul foi o primeiro rei de Israel, efetivamente escolhido por Deus, anunciado pelo profeta Samuel. Bright (2004) afirma que Saul era filho de Quis, um homem de posses que pertencia a tribo de Benjamim.

A história de Saul aparece em 1Sm e tem outros registros como em Crônicas I (9-10). Saul era um homem valente, corajoso, decidido e modesto e, por isso, foi escolhido por Deus.

Quando Saul assumiu o reinado de Israel, lutou e conquistou vitórias contra todos os seus inimigos ao redor: contra Moabe, os filhos de Amom e Edom; contra os reis de Zobá e os filisteus; dentre outros (CASTRO ET AL., 2016).

A monarquia unificada, a partir da iniciativa de Saul, foi sucedida por Davi, e em seguida, por Salomão, de acordo com os registros bíblicos apontados em 1Sm, 2Sm e 1Rs.

Davi, após a morte de Saul, voltou da derrota dos amalecitas, e esteve dois dias em Siceleg onde, depois disso, assumiria a posição de rei de Israel no lugar de Saul (CASTRO ET AL., 2016).

Segundo Catenassi (2018, p. 136), a sucessão de Saul foi feita por Davi, e sua entrada na corte é contada de diversas maneiras na Sagrada Escritura. A principal delas está ligada historicamente as campanhas militares de Davi, que passou a integrar o exército de Saul.

Davi era visto pelos israelitas como um bravo e valente guerreiro a frente das linhas de batalhas contra os inimigos de Israel. Fato este registrado historicamente pelo acontecimento da inusitada vitória de Davi contra Golias, o gigante filisteu, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 - A Luta de Davi contra o Gigante Golias.



Fonte: Conegero, 2023

De acordo com Schwantes (2018, p. 26, apud Catenassi, 2018, p. 137), estrategicamente servindo a um rei filisteu, Davi teve a oportunidade de conhecer a estrutura de um estado que tinha uma forma mais elaborada onde pode aprimorar suas técnicas militares, ferindo, por exemplo, a lei tribal da “Guerra Santa”, pela qual só se podia guerrear em casos de defesa, já que o próprio Deus combatia ali em favor de seu povo.

O tempo em que Davi ocupava o trono de Israel, historicamente por volta de 40 anos, foi aquele em que o povo israelita viveu suas maiores conquistas, pois nesse tempo não apenas a cidade de Jerusalém foi capturada por eles, mas seus maiores inimigos também foram derrotados (SANTOS, 2013).

A tensão entre o governo dravídico e as demandas tribos ficou bem evidente no final da história de Davi, por ocasião de sua sucessão (CATENASSI (2018)). Muitos interesses disputaram o grande império construído pelo rei Davi. Por um lado, estava Adonias, apoiado por Joab e Abiatar, representando as tribos. Salomão era o contraponto, defendido por Natã, Banaías e Sadoc, representando o novo modelo monárquico de Davi.

A grande disputa pelo trono de Israel foi vencida por Salomão e seus partidários, sobre enorme influência de Natã e Betsabé. Segundo Catenassi (2018, p.145):

Tão logo chegou ao poder, Salomão tratou de eliminar o grupo adversário, mandando matar Adonias e Joab, exilando Abiatar em Anatot e substituindo-o por Sadoc. Semei, que apoiou Absalão em sua revolta contra Davi, também foi morto. Assim, Salomão conseguiu levar adiante seu reinado, centralizando o poder e buscando eliminar as vozes divergentes. Após narra a “limpeza” feita pelo novo rei, com grande derramamento de sangue, o texto bíblico conclui: “E a realeza então consolidou-se nas mãos de Salomão (1Rs 2, 46)”.

O rei Salomão também era conhecido por Jedidias, que significa “amado pelo Senhor”, como foi chamado pelo profeta Natã (2Sm 12:25). Cronologicamente, consta na história que o rei Salomão era o quarto dos filhos de Davi, nascido na cidade de Jerusalém (SHAPIRA, 2018). Salomão é descrito em textos bíblicos como majestoso, de grande sabedoria, de grandes construções e de grande capacidade comercial. A sabedoria de Salomão é descrita em 1Rs 4, conforme afirma Castro et al. (2016, p. 371):

Deus deu a Salomão sabedoria, discernimento extraordinário e uma abrangência de conhecimento tão imensurável quanto a areia do mar. A sabedoria de Salomão era maior do que a de todos os homens do oriente e do que toda a sabedoria do Egito. Ele era mais sábio do que qualquer outro homem, mais do que o ezraíta Etã; mais sábio do que Hemã, Calcol e Darda, filhos de Maol. Sua fama espalhou-se por todas as nações em redor. Ele compôs três mil provérbios, e os seus cânticos chegaram a mil e cinco. Descreveu as plantas, desde o cedro do Líbano até o hissopo que brota nos muros. Também discorreu sobre os quadrúpedes, as

aves, os animais que se movem rente ao chão e os peixes. Homens de todas as nações vinham ouvir a sabedoria de Salomão. Eram enviados por todos os reis que tinham ouvido falar de sua sabedoria e inteligência.

Textos sapienciais, que são atribuídos a Salomão, tendem desvalorizar a sabedoria do Antigo Oriente, valorizando, portanto, a real sabedoria vinda de Deus. Historicamente Salomão distribuiu o território em doze distritos, segundo ilustra a Figura 2.

Figura 2 - Mapa dos distritos do Rei Salomão.



Fonte: Catenassi, 2018

Cada distrito tinha um governador 1Rs 4, 7-9. No entanto, nem todos os distritos distribuídos por Salomão eram devidamente estruturados e, por isso, não respeitavam os limites tribais.

Segundo Catenassi (2018, p. 150), a manutenção da cobrança de tributos dependia fundamentalmente de três fatores:

O exército: Davi havia submetido os reinos vizinhos a seu comando. Portanto o exército de Salomão não precisava sair em campanhas militares na região, pois a paz estava instaurada.

A administração: O rei uniu-se de burocratas que saíam da própria corte e eram responsáveis pela administração da cobrança de impostos das doze províncias de Salomão.

O templo: Parte dos tributos eram pagos em alimentos. O templo foi dedicado a Yahweh, o Deus dos camponeses, o que era um recurso típico da realeza no Antigo Oriente.

Todo o prestígio do rei Salomão desmoronou diante o povo camponês em detrimento aos altíssimos impostos atribuídos a eles e da exigência eminente de sustentar a “máquina real”.

Segundo Bright (2004), o rei Salomão enfrentou sérios problemas administrativos, causando a perda de parte do território que fora conquistado pelo seu antecessor, tendo que vender algumas cidades para poder comprar material de construção e contratar mão de obra especializada. Salomão também teve que empenhar cidades para pagar outras dívidas reais.

Tal fato contribuiu para a divisão do reino unificado, perfazendo a chamada monarquia dividida ou reinado dividido, criando o Reino do Norte e o Reino do Sul, após a morte de Salomão, que reinou em torno de 40 anos.

4 O REINADO DIVIDIDO

Após morte de Salomão, houve um grande movimento nortista a favor do campesinato e contra a opressão tributária real. Em 1Rs 12, narra-se a grande assembleia feita e, Siquém, na qual o herdeiro legítimo de Salomão, Roboão, havia se dirigido para ser consagrado rei.

De acordo com Conegero (2023):

O reino dividido surgiu após a morte do rei Salomão. Em 930 a.C., Roboão, filho de Salomão, ascendeu ao trono de Israel. A nação de Israel unificada era formada por doze tribos. Mas naquele tempo havia um descontentamento muito grande entre os israelitas, especialmente daqueles que pertenciam às tribos do norte. Salomão havia sobrecarregado o povo com excessivas cargas de impostos. Porém, quando Roboão assumiu o trono, ele se recusou a atender as reclamações dos cidadãos que eram totalmente justificáveis naquele contexto. Ao invés de ouvir a reivindicação do povo, o rei Roboão preferiu dar ouvidos aos seus jovens conselheiros. Então com o desprezo da corte como pano de fundo, as tribos do norte se levantaram em rebelião lideradas por Jeroboão (1Rs 12:24).

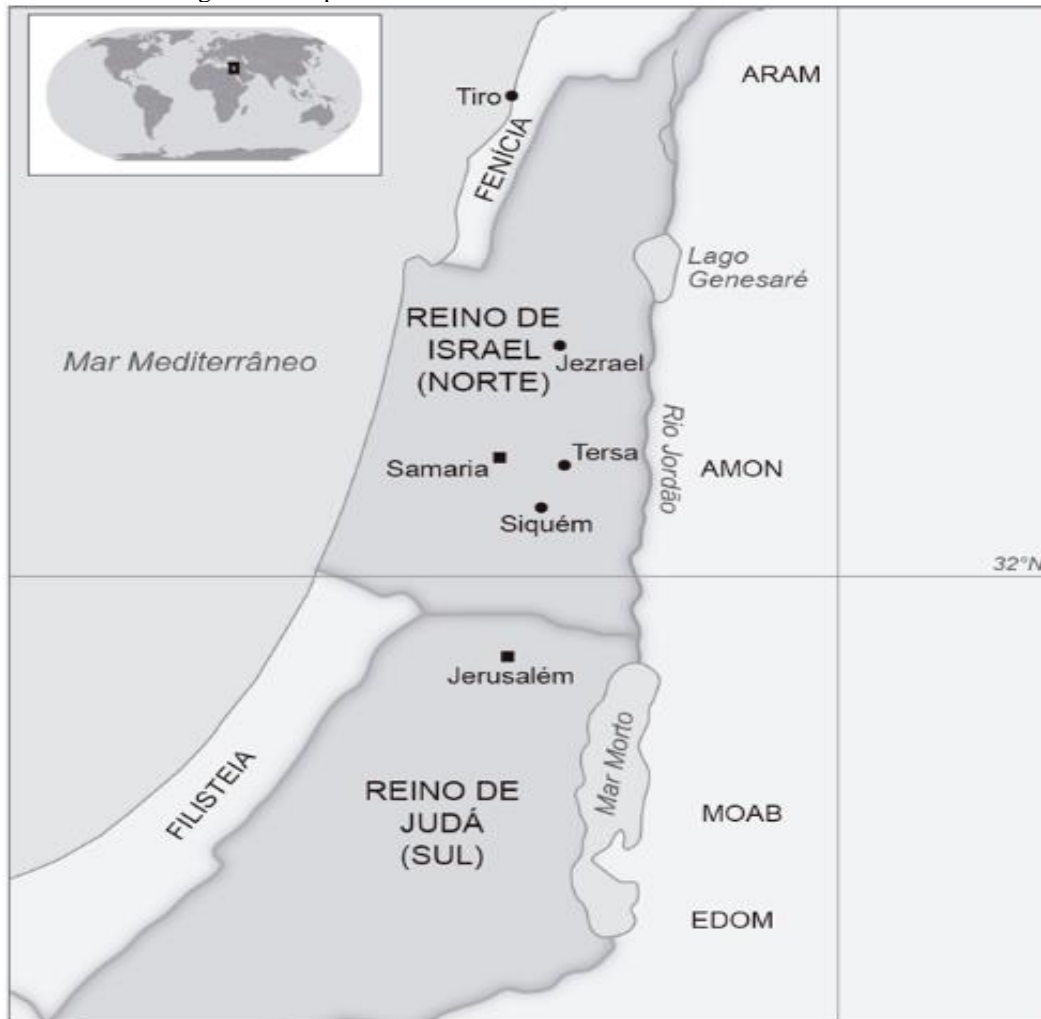
A pressão e grupos para retorno do efraimita Jeroboão, pertencente à tradição do Norte de Israel, que se manifestou com caráter violentamente antimonárquico, pois para eles o sistema tribal ainda parecia uma saída mais interessante para fugir da opressão real (CATENASSI, 2018, p. 152).

O Reino do Norte foi marcado por muita conspiração, onde o próprio Jeroboão, o primeiro rei do Reino do Norte, esteve diretamente envolvido em idolatria, chagando a criar centros de adoração ilícitos em seu território, perfazendo uma divisão religiosa errônea, o que desagradava o próprio Deus de Israel (CONEGERO, 2023).

Como rei do Norte, Jerobão, segundo registros bíblicos, rejeitou a continuidade de um estado nos mesmos moldes salomônico, concretizando a divisão do reino em Norte e Sul, o primeiro chamado de Reino de Israel e o segundo de Reino de Judá (KILPP, 2022).

A Figura 3 ilustra a divisão territorial do Reinos do Norte e do Reino do Sul.

Figura 3 - Mapa da divisão do Reino de Israel e do Reino de Judá.



Fonte: Catenassi, 2018

De acordo com Catenassi (2018), diferentemente do Norte, no Sul, uma postura mais monarquista ainda reinava, e por isto a região acolheu Roboão como seu novo líder, preservando a dinastia davídica. Com isso, manteve-se por tradição, a obrigatoriedade de que os reis de Judá tivessem descendência direta de Davi.

Desde Roboão, a política externa do Reino do Sul enfrentava o mesmo problema do Reino do Norte: a relação com os vizinhos (CATENASSI, 2018, p. 162). Foi neste período do Antigo Oriente onde cresceram diferentes impérios, muitos contrários ao próprio Roboão.

De acordo com Conegero (2023):

A capital do Reino do Sul continuou sendo Jerusalém. Diferentemente dos reis do reino de Israel que vinham de diferentes dinastias, os reis do reino de Judá eram todos descendentes da casa de Davi. A única exceção foi o período de pouco mais de seis anos em que Atalia usurpou o trono de Judá após Acazias, seu filho, ter sido assassinado. De modo geral o Reino do Sul teve reis que foram mais comprometidos com a vontade do Senhor.

As adorações ocorriam no Templo de Jerusalém, embora o Reino de Judá tivesse apresentado inúmeros problemas de idolatria e que, por consequência disso, o Reino do Sul foi advertido pelo Senhor através dos profetas acerca do juízo propínquo que seria derramado por conta do pecado ali cometido (SHAPIRA, 2018).

Segundo Catenassi (2018, p. 176), o domínio babilônico estabeleceu-se na Palestina no final do Reino de Judá, onde a estrutura social havia se desgastado e as injustiças eram gritantes, e cujo poder político estava ocupado com o militarismo e suas decisões que não levavam em consideração a sobrevivência da maioria da população camponesa, o que desagradou a Deus.

Surge então, o período mais delicado da história antiga de Israel, o exílio babilônico, onde instalou-se o fim do Reino de Judá, que teve 20 reis durante todo o seu período monárquico.

5 O EXÍLIO E O PÓS-EXÍLIO

Após a morte do rei Salomão, chega o final do período da monarquia unificada. Surge, portanto, o período da monarquia dividida, que distribuía os israelitas entre dois reinos, o do Norte e o do Sul.

Neste contexto, com o reinado dividido, o povo de Israel tornou-se mais vulnerável aos ataques de seus inimigos. Assim, o impacto do declínio do Reino do Norte, Israel, foi percebido pelos habitantes de Judá, Reino do Sul, que tinham a sensação de estar protegidos por suas instituições sagradas. Não obstante, o Reino do Sul também decaiu diante o domínio babilônico, deixando a segurança religiosa do povo de Judá, totalmente vulnerável.

Registros históricos contabilizam que a monarquia dividida, o Reino do Norte, Israel, e o Reino do Sul, Judá, ocorreu por volta de 200 anos, conforme ilustra o Quadro 1.

Quadro 1 - Período da Monarquia Dividida.

Monarquia	Reino	Regime Monárquico	Período	Tempo de Reinado
Reino do Norte	Israel	SALOMÔNICO	931 a.C. - 721 a.C.	Em torno de 200 anos
Reino do Sul	Judá	DAVÍDICO		

Fonte: Adaptado de Catenassi, 2018

Antes da divisão do reino de Israel, em Reino do Norte e Reino do Sul, havia uma Israel mais forte, sob o regime de uma monarquia unificada, cujo período durou por volta de 120 anos, conforme ilustração do Quadro 2.

Quadro 2 - Período da Monarquia Unificada.

Reinado Unificado	Período
Reinado de Saul	1030 a.C. - 1010 a.C.
Reinado de Davi	1010 a.C. - 970 a.C.
Reinado de Salomão	970 a.C. - 931 a.C.

Fonte: Adaptado de Catenassi, 2018

O domínio babilônico, conforme afirma Catenassi (2018, p. 176), estabeleceu-se na Palestina no final do Reino de Judá, onde a estrutura social havia se desgastado e as injustiças eram gritantes, e cujo poder político estava ocupado com o militarismo e suas decisões que não levavam em consideração a sobrevivência da maioria da população camponesa, o que desagradou a Deus.

O Reino de Israel terminou em 721 a.C. com a conquista da Samaria pelo povo assírio, tendo parte do seu povo deportado para a Assíria. Em contrapartida, o Reino de Judá em 587 a.C., quando Jerusalém foi saqueada, teve seu templo profanado e o palácio real destruído pelo povo babilônio, tendo grande parte do seu povo deportado para a Babilônia.

A conquista babilônica do Reino do Sul teve inúmeras consequências ao povo de Judá, segundo relatos bíblicos. Segundo Gonçalves (2022), no decurso de duas campanhas militares, Nabucodonosor destruiu Jerusalém e seu templo, executando dezenas de pessoas, deportando milhares de outras para a Babilônia, nomeadamente os reis Joaquin e Sedecias.

Diante o ocorrido, em Judá, permaneceram apenas a fração do povo menos favorecida, efetivamente os pobres que, tempos depois, foram assassinados em sua maioria por Ismael, e o restante deles, refugiaram-se no Egito, ficando o território de Judá desabitado.

Diante o exposto, constata-se que Deus estava totalmente insatisfeito com a desobediência e a falta de fé de Israel. Assim, a religião que perfazia o elo entre Deus e o povo de Israel, e lhes garantiria a proteção divina, foi incapaz e proteger o povo. De fato, a fé, uma vez forte e rigorosa, encontrava-se totalmente abalada, diante tanta insatisfação, conseguindo que os “deuses” babilônicos, tivessem conseguido vencer Yahweh.

Toda essa situação fez com que o povo de Israel fizesse uma nova reflexão sobre sua fé após a infeliz experiência vivida no exílio babilônico, durante cerca de 50 anos, perfazendo uma teologia que trouxesse respostas aos desafios do seu tempo.

O período pós-exílio de Israel, que se seguiu ao retorno dos judeus do exílio babilônico em 538 a.C., foi uma fase de reconstrução e reorganização tanto física quanto espiritual para o povo judeu. Durante esse tempo, liderados por Esdras, Neemias e Zorobabel, os judeus se dedicaram à reconstrução do Templo de Jerusalém, restabelecimento das práticas religiosas e reforço da identidade cultural e religiosa que havia sido enfraquecida durante o exílio.

De acordo com Bright (2004), durante o período do exílio babilônico, os exilados enfrentaram o desafio de manter sua identidade cultural e religiosa em uma terra estrangeira. Contudo, com a queda da Babilônia para os persas em 539 a.C., Ciro, o Grande, emitiu um edito permitindo que os judeus retornassem à sua terra natal e reconstruíssem seu templo em Jerusalém (Esdras 1:2-4). Esta ação de Ciro é vista como um evento providencial para a restauração de Israel, como mencionado por Isaías: "Ele é o meu pastor e realizará todo o meu prazer, dizendo a Jerusalém: Será edificada; e ao templo: Serás fundado" (Isaías 44:28).

O retorno dos judeus à sua terra natal foi possível graças ao decreto de Ciro, o Grande, rei da Pérsia, que conquistou a Babilônia em 539 a.C. e permitiu que os povos cativos, incluindo os judeus, retornassem às suas terras e reconstruíssem seus templos. Esse evento marcou o início do período pós-exílio (GRENZER, 2001, p. 121).

Durante o período pós-exílio, os judeus enfrentaram o desafio de reconstruir o Templo de Jerusalém, o segundo Templo, e a cidade de Jerusalém, que haviam sido destruídos. Esse período também envolveu a reorganização da comunidade judaica em torno de suas práticas religiosas e leis, que haviam sido parcialmente interrompidas durante o exílio babilônico.

De acordo com Catenassi (2018, p. 228):

Em 164 a.C. o templo de Jerusalém foi restaurado, bem como o sacerdócio que havia sido fiel ao judaísmo. O candelabro de sete braços que ali ficava (a *menorah*) foi aceso novamente, dando origem à Festa das Luzes, ou "Dedicação do Templo". Muitas incursões foram feitas na região de Judá, mas também na Galileia e na Transjordânia, indo ao encontro dos israelitas que nunca haviam deixado de cultuar a Yahweh e levando-os a Jerusalém.

Importantes personalidades como Zorobabel, Esdras e Neemias, lideraram o povo nessa reconstrução física e espiritual. Conforme explica Grenzer (2001), Zorobabel supervisionou a reconstrução do Templo, enquanto Esdras e Neemias desempenharam papéis importantes na restauração das práticas religiosas, na educação do povo sobre a Torá e na reconstrução das muralhas de Jerusalém.

A independência da Judeia foi favorecida pela crise política internacional. Os selêucidas e ptolomeus estavam em decadência pelas constantes guerras de conquista, assim como o Egito. Roma

estava em guerras civis. A própria região da Síria, vizinha de Israel, foi tirada dos selêucidas pelos armênios entre 89-69 a.C. até ser dominada pelos romanos. Aproveitando toa essa situação, a revolta dos Macabeus, tinha iniciado como um movimento popular e carismático, começou a ganhar o apoio das grandes forças da época, os romanos e os ptolomeus, aos quais interessavam os problemas que eram causados pelo governo dos selêucidas (CATENASSI, 2018, p. 229).

Lopes (2024) aponta que o período pós-exílio foi crucial para o fortalecimento da identidade nacional e religiosa de Israel, moldando a forma como o judaísmo seria praticado nos séculos seguintes e influenciando profundamente a cultura e a história judaica.

Este período também foi marcado por uma reavaliação das tradições e leis, com a compilação e reafirmação da Torá como o centro da vida religiosa judaica. A comunidade se reorganizou sob novos sistemas administrativos e religiosos, adaptando-se às influências e pressões do domínio persa.

O pós-exílio foi, portanto, um período de renovação, onde o povo judeu redefiniu sua identidade cultural e religiosa, estabelecendo as bases para o judaísmo que continuaria a se desenvolver nos séculos seguintes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historicidade de Israel, através da panorâmica traçada desde a origem do seu povo, sua fundação, até o período pós-exílio babilônico, é marcada pela constante reafirmação da promessa divina e pela resiliência de uma nação diante dos desafios mundanos. A origem de Israel, enraizada na aliança de Deus com Abraão, Isaac e Jacó, estabelece as bases de uma identidade nacional e espiritual que se desenvolveria através dos séculos. Este vínculo sagrado, renovado repetidamente ao longo da história, serviu como o alicerce sobre o qual a nação foi construída.

Após o início do período tribal, visando o fortalecimento de Israel diante seus inimigos, houve o reinado unificado, iniciado por Saul, e sua sucessão através de Davi e Salomão, que representou o ápice da realização das promessas divinas, com Israel se consolidando como uma nação forte e próspera, dotada de um templo espiritual em Jerusalém, construído pelo Rei Salomão.

Não obstante, após a morte de Salomão, ocorreu a divisão do reinado unificado, separando o povo de Israel, numa nova distribuição territorial. Surgiu o Reino do Norte, governado por Jerobão e o Reino do Sul, governado por Roboão. O Reino do Norte, conhecido como Reino de Israel, apresentava como regime monárquico o Salomônico, pois seguia as mesmas diretrizes apontadas pelo Rei Salomão. No entanto, Reino do Sul, conhecido como Reino de Judá, apresentava como regime monárquico o Davídico, seguindo as mesmas ideias apontadas pelo Rei Davi.

Consequentemente, com a divisão do reinado unificado, trouxe um enfraquecimento de Israel que, subsequente, fez com que essa nação escolhida por Deus, ficasse desamparada devido a sua fragilidade na fé. No entanto, o reinado dividido e o subsequente declínio espiritual e político demonstram os perigos do afastamento dos mandamentos divinos, levando a nação à vulnerabilidade e, eventualmente, ao exílio.

O exílio babilônico foi um período de profunda crise, mas também de reflexão e renovação. Longe de casa, os israelitas foram confrontados com a necessidade de redescobrir e reafirmar sua fé, em um contexto de dispersão e opressão, vividos por volta de 50 anos. De fato, o exílio babilônico caracterizou-se como um período de opressão e escravidão do povo escolhido por Deus.

O retorno do exílio, impulsionado pela promessa divina, simbolizou não apenas a restauração física de Jerusalém e do Templo, mas também a renovação espiritual e o compromisso renovado com a aliança de Deus.

Nesta fase, eles foram liderados por Esdras, Neemias e Zorobabel, e tinham como principal objetivo o fortalecimento da fé, que ficara enfraquecida durante o período do exílio babilônico. Tudo isso foi possível, graças a queda da Babilônia para os persas em 539 a.C., Ciro, o Grande, emitiu um edito permitindo que os judeus retornassem à sua terra natal para que pudessem construir o seu templo em Jerusalém. Esta ação de Ciro é interpretada como um evento providencial para a restauração de Israel.

Assim, a história de Israel, em sua totalidade, é uma narrativa de fé, desafios e restauração. A promessa de Deus ao povo de Israel não apenas guiou o desenvolvimento histórico da nação, mas também proporcionou esperança e direção em tempos de crise.

De acordo com Ávila (2021), constam na Sagrada Escritura, na Bíblia Sagrada, a promessa de Deus à Abraão que contém quatro elementos registrados em diferentes momentos da vida de Abraão (Gn 12.1-3; Gn 15.18-21; Gn 17.1-21):

1. Descendência: Deus prometeu descendentes a Abraão (Gn 17.2-7). Em Gálatas 3.8 e 16, Paulo aponta que este descendente é Cristo.
2. Terra: Deus prometeu a Abraão que ele teria um lugar para morar (Gn 15.18-21; Gn 17.8).
3. Nação: Deus prometeu a Abraão que ele seria pai de multidões, uma grande nação (Gn 12.2; Gn 17.4).
4. Proteção e bênção: Deus prometeu a Abraão sua bênção e que nele todas as famílias da terra seriam abençoadas (Gn 12.3).

Neste contexto tem-se que as promessas de Deus são confiáveis porque Ele é confiável. Ao passo que a história da redenção se desenrola, podemos ver e compreender que, apesar da

infidelidade de Abraão e de seus descendentes, o povo de Israel, o Senhor assumiu o compromisso e a responsabilidade de manter o que lhe fora prometido.

Em Cristo encontramos o cumprimento final da promessa de Deus a Abraão. Ele é a semente, Ele nos dá morada eterna, Ele nos faz uma nação separada para Deus e Nele a bênção da salvação está disponível para todas as famílias na terra (ÁVILA, 2021).

Este legado de perseverança e fé continua a ressoar na identidade do povo judeu até os dias de hoje, evidenciando o impacto duradouro das promessas divinas e a centralidade da aliança com Deus na história de Israel.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, A. Qual foi a promessa de Deus à Abraão. *Bíblia e Teologia*. Mar-2021. Disponível em: <https://coalizaopeloevangelho.org/article/qual-foi-a-promessa-de-deus-a-abraao/>. Acesso em 25/12/2024.
- BERLESI, J. O Israel antigo em debate: Uma análise da história de Israel na educação básica do ensino superior. 2017. Tese (Doutorado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2017.
- BRIGHT, J. História de Israel. 2 ed. Rio de Janeiro: Paulus, 2004.
- CASTRO, J. J. P. et al. Bíblia Sagrada. 215 ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 2016.
- CATENASSI, F. Z. Bíblia: Introdução teológica e histórica de Israel. Curitiba: Intersaberes, 2018.
- CONEGERO, D. Davi e Golias: Estudo sobre como Davi matou Golias. *Estilo Adoração*. Disponível em: <https://estiloadoracao.com/davi-e-golias/>. Acesso em: 13/05/2023.
- GERONE Jr., A. História bíblica de Israel: Perspectivas do antigo testamento. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- GONÇALVES F. J. Exílio Babilônico de Israel: Realidade histórica e propaganda. *Revista do Instituto Oriental de Lisboa. 10 Actas do Colóquio Internacional. Sociedade, Religião e Literatura no Próximo Oriente Antigo*. 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://cadmo.lettras.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2022/07/10_9.pdf>. Acesso em: 26/07/2023.
- GRENZER., M. A proximidade de Deus na eliminação da opressão e na caridade ao pobre. *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo. v. 1, n. 34, p. 109-124, 2001, jan-mar, ANO IX. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/24149/17346>>. Acesso em: 15-08-2024.
- KAEFER, J. A. A Bíblia começou em Israel Norte. (Gêneses 49, 13-18) 24^a. *Journal of the Study of Religion. Revista Plura*. v. 8, Inssue 2, p. 138-153, jul-dez, 2017. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1462>. Acesso em: 22/03/2023.
- KILPP, N. A Sociedade e Religião de Israel Libertado. *Revista de Estudos Teológicos*. São Leopoldo, Rio Grande do Sul. v. 22, n. 3, p. 243-263, nov, 1982. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1320/1271. Acesso em: 21/12/2022.
- LOPES., F. L. B. Judeus: exílio babilônico. *Revista Vernáculo*. Paraná. Universidade Ferial do Paraná. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/18095>>. Acesso em: 0508-2024.
- SANTOS, J. B. R. A emergência do antigo Israel: Um diálogo entre a história e a arqueologia histórica na busca da identidade étnica da grandeza social “Israel” no mediterrâneo nos séculos XIV-XIII a.C. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, RJ, 2013.
- SHAPIRA, A. Israel: Uma história. São Paulo: Paz & Terra, 2018.